

Desvirtuamento do Cursinho da Poli gera protestos

Alunos e professores realizaram, em 24/2, um ato em frente à sede do Cursinho da Poli, na Lapa, pela readmissão de quatro docentes demitidos em 15/2. A manifestação, que contou com cerca de 150 pessoas, foi convocada por diversas entidades: Associação de Alunos do Cursinho da Poli (AACP), Grêmio Politécnico (GP), Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE), Associação dos Pós-Graduandos da USP-Capital (APG-USP-Capital) e Associação dos Docentes da USP (Adusp), entre outras.

Historicamente vinculado ao GP, o Cursinho da Poli foi pensado originalmente e existiu por vários anos como uma opção de ensino de qualidade a preços reduzidos, para beneficiar estudantes de baixa renda. Mas, desde 2002, o GP vem perdendo o poder de influir nos rumos do que se tornou um empreendimento empresarial, hoje controlado por uma pessoa jurídica denominada Fundação PoliEducar.

O professor Ciro Correia compareceu ao ato representando a Adusp, que apóia a recontração dos docentes e a reivindicação, ali apresentada, de revisão dos rumos tomados pelo Cursinho, os quais vêm distanciando-o de seu objetivo original de inclusão social. O vereador Carlos Giannazzi (PT) também esteve presente.

A diretoria do Cursinho recusou-se a receber uma comissão de manifestantes. Giannazzi prometeu ingressar com uma representação no Ministério Público solicitando averiguações sobre o Cursinho.

“Perseguição política”

Os professores demitidos são Gilberto Cunha Franca,

Gislaine Silvana Gasparotto, Haroldo de Godoy Bueno e Roberto Goulart Menezes. Eles alegam que foram vítimas de perseguição política. “Para nós, é apenas o início de uma série de demissões”, diz Franca. Desde o segundo semestre de 2004, um movimento formado por docentes contesta os rumos tomados pelo cursinho. Uma carta aberta foi redigida à época, sendo assinada por 29 professores, inclusive os demitidos. De acordo com Franca, a direção faz um discurso de democratização, mas o projeto tem uma estrutura interna centralizada. “Também questionamos a transformação dele em fundação privada”, afirma.

Franca aponta a elevação das taxas de manutenção cobradas dos alunos em aproximadamente 100%, ocorrida no início 2004, como sintoma do distanciamento do projeto original do Cursinho. Um documento produzido pela AACP mostra que, em 2003, pagava-se, pelo curso matutino nas áreas de Exatas e Biológicas, uma taxa anual de R\$ 1.503. No ano seguinte, a anuidade aumentou para R\$ 2.915. “Isso afasta a base social com a qual o cursinho sempre trabalhou”, comenta.

A mudança de foco seria visível também nas campanhas publicitárias feitas para atrair alunos, com *outdoors* e propagandas na TV em horário nobre. Para ele, *slogans* como “o melhor para todos” e “sempre ao seu lado”, não possuem como alvo os estudantes de baixa renda. Em 2004, a previsão era de que o cursinho encerrasse suas contas com um déficit de R\$ 1,5 milhão, enquanto os gastos previstos com publicidade eram de R\$ 1,3 milhão.

Campanha eleitoral

O movimento de docentes e alunos contestando os rumos do Cursinho ganhou força no contexto das eleições municipais de 2004. Um dos principais dirigentes do empreendimento e professor da área de Física do Cursinho, Gilberto Giusepone, o Professor Giba, foi candidato a vereador pelo PT e obteve cerca de 11 mil votos.

Roberto Menezes diz que a estrutura do curso foi usada na campanha de Giuseponi. “Funcionários foram deslocados especificamente para servirem de apoio, a mala-direta do cursinho foi usada para o envio de correspondência do candidato, e professores entravam em sala de aula [vestidos] com a camisa [da campanha]”. “Houve um simulado em que todos estavam vestidos com as camisas”, afirma João Vitor, da diretoria da AACP. Ele também cita o uso do cadastro de endereços e de e-mails na campanha. Os dois ainda afirmam que o candidato apareceu no horário eleitoral gratuito na TV vestido com a camiseta do cursinho.

Teriam ocorrido pressões sobre os professores, para que contribuíssem financeiramente com a campanha. “Nós fomos enquadrados pelo Renato [Rodrigues, um dos diretores do Cursinho, para contribuir]”, diz Bueno. O *Informativo Adusp* identificou, na lista de doadores da

campanha de Giba publicada no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.org.br), 25 pessoas diretamente relacionadas com o Cursinho, além da Ágil Gráfica, que imprime o material didático por ele utilizado.

Em entrevista ao *Informativo Adusp*, Rodrigues negou veementemente que tenha pressionado alguém para contribuir financeiramente com a campanha e que Giuseponi tenha usado a estrutura da entidade para fins eleitorais. Afirmou não ver problema no fato de o candidato ter aparecido na TV com a camisa do cursinho, já que há pessoas que fazem o mesmo em outras ocasiões. Giuseponi, que se comprometera a participar da mesma entrevista, não compareceu.

Rodrigues negou também que as demissões tenham motivação política, porém, alegando “razões éticas”, não informou quais teriam sido os reais motivos. Ele reconheceu que o aumento das mensalidades ocorrido em 2004 foi alto



Ato em protesto contra demissão de professores do Cursinho da Poli, em 24/2

Daniel Garcia

e o justificou alegando que as contas do Cursinho sofreram impactos negativos em virtude da crise econômica do ano anterior. Por outro lado, teriam sido concedidas bolsas parciais por critérios sócio-econômicos, que totalizaram, segundo ele, R\$ 1 milhão em 2004. Outras bolsas foram custeadas pela Prefeitura de São Paulo.

Ruptura

O Cursinho da Poli foi organizado pelo GP em 1987 e até hoje consta do Estatuto do Grêmio Politécnico como um departamento não autônomo do Grêmio, ao lado da Casa do Politécnico, do Escritório Piloto e das Comissões da Diretoria. Em 2002, a chapa que acabava de assumir a diretoria do GP propôs desvincular o Cursinho, e foi revelada a existência de uma pessoa jurídica até então desconhecida, o Instituto Grêmio Politécnico para o Desenvolvimento da Educação (IGPDE). Ele fôra instituído em 1997 por mem-

continua na página 2...

... continuação da capa

bros da então diretoria do GP, com o objetivo de controlar o Cursinho no caso de eventual ruptura entre seus administradores e o GP.

Embora a ata da reunião de 11/6/1997 da diretoria do GP registre o IGPDE como um “departamento autônomo do Grêmio”, a ata de fundação do IGPDE, das 20h00 do mesmo dia, não se refere a ele como departamento do GP; e no registro de 01/7/1997, levado a termo no 4º Registro Medeiros de Títulos e Documentos, o IGPDE aparece apenas como “sociedade civil”.

A instância máxima do Instituto era um conselho curador composto por oito membros, sendo seis permanentes, reservadas aos fundadores do Instituto, entre eles os professores Gilberto Giusepone e

Renato Rodrigues, ambos ex-presidentes do GP. As outras duas vagas foram destinadas a representantes da diretoria do GP. O Instituto foi então “ativado” por seus fundadores, e passou a controlar o Cursinho.

Ao entrar em vigor o novo Código Civil, o grupo de Giusepone e Rodrigues decidiu criar uma fundação privada para substituir o Instituto: a Fundação PoliEducar. Nesta, o número de vagas destinadas à direção do GP é ainda menor: dos seis membros do conselho curador da PoliEducar, só um é indicado pelo GP.

A gestão de 2004 do GP recusou a vaga no conselho curador da PoliEducar, por entender que o papel reservado à entidade estudantil seria meramente decorativo, sem influência efetiva.

Docente da USP já pode encerrar conta no Banespa e optar pela Nossa Caixa

Desde 14 de fevereiro, a área de pessoal das unidades está autorizada a cadastrar no Sistema Marte contas bancárias da Nossa Caixa, para efeito de pagamento de salários. Ou seja: docentes e funcionários da USP que o desejarem podem encerrar suas contas no Banespa e solicitar a abertura de contas na Nossa Caixa.

Na circular 14/2005, a Coordenadoria de Administração Geral (Codage) explica: “Tendo em vista que o banco Nossa Caixa S.A. é reconhecido legalmente como agente financeiro do Estado, a referida instituição e a Universidade de São Paulo, desde o final de 2004, vêm tratando dos procedimentos necessários para

disponibilizar aos servidores a opção pelo recebimento de salários através daquele banco ou do Banespa. Com este intuito, foi firmado convênio entre a USP e a Nossa Caixa em 1º de fevereiro de 2005.”

De acordo com o documento da Codage, foram providenciadas “adaptações no sistema informatizado de recursos humanos- Sistema Marte, bem como na folha de pagamentos”.

O Banespa foi privatizado em 2000, passando a pertencer ao grupo espanhol Santander. O contrato de privatização concedeu ao comprador um privilégio altamente rendoso: o de continuar mantendo, até 2007, as folhas de pagamento do funcionalismo público es-

tadual.

Embora leonino, o contrato permite que os funcionários optem pela Nossa Caixa antes de 2007. De acordo com o portal Valor On Line, em fins de 2004, 450 mil dos 1,3 milhão de funcionários públicos estaduais já tinham contas-salário na Nossa Caixa. A USP demorou cinco anos para tornar viável essa opção.

Um projeto de lei de autoria do deputado César Callegari (PSB) determina que a folha de pagamentos de servidores ativos e inativos do Estado seja depositada exclusivamente em instituição bancária pertencente ao Estado ou à União. Mas até hoje o projeto 587/2000, apresentado em novembro de 2000, não foi a voto.

As batalhas jurídicas da Adusp em 2004

Participação intensa nas lutas contra a reforma da previdência e implementação de novas ações marcaram o ano

O ano de 2004 foi árduo para os advogados do Departamento Jurídico da Adusp. No início do ano, quando se soube que o Governador iria enviar um anteprojeto de lei à Alesp, antecipando-se ao Governo Federal para propor o aumento do desconto previdenciário de 6% para 11%, nossos profissionais se mobilizaram e tomaram a iniciativa de constituir um grupo de discussões com a participação de todos os advogados das entidades do funcionalismo, denominado “jurídico-paulista”, que passou a se reunir quinzenalmente e depois todos os meses, para entabular a luta jurídica contra a lei que viesse a ser aprovada.

Tomamos a decisão de propor várias ações coletivas e ações em grupo, sendo que aconteceu um fato inédito: os advogados das entidades conseguiram se organizar e

combinaram que num único dia, na mesma hora, seriam ajuizadas centenas de ações, de modo que cada uma seria distribuída para um juiz de cada uma das 21 varas da Fazenda Pública, de modo que cada juiz receberia um processo e assim teríamos a opinião abalizada de todos eles de uma só vez.

Resultou acertada a medida, pois obtivemos mais da metade das liminares, efeito este que perdurou vários dias, até que o Tribunal de Justiça cedeu às pressões do governo Alekmin e cassou todas as liminares. Depois a luta continuou tanto no TJ-SP como no Supremo Tribunal Federal. Nossa equipe compareceu a várias sessões plenárias do TJ, e numa delas nosso advogado Aparecido Inácio inscreveu-se para fazer sustentação oral, mas foi impedido pelo Presidente do TJ - o qual, frise-se, meses antes havia enviado um ofício ao Governador sustentando que o PL do desconto previdenciário era inconstitucional.

Atualmente essa ação tramita em segunda instância no Tribunal de Justiça do Estado.

Desconto dos inativos

Depois disso veio a luta no STF na batalha da Ação Direta contra o desconto dos inativos. Nossos advogados estiveram presentes na lamentável sessão plenária em que aquele tribunal decidiu pela constitucionalidade do desconto trazido pela EC 41.

A ação do subteto

A assessoria jurídica da Adusp ingressou com uma ação coletiva, representando todos

os associados que recebem acima do teto fixado pelo governador. Obtivemos uma liminar suspendendo os efeitos do decreto que limita o teto ao salário do chefe do executivo. Esta liminar ficou mantida vários meses até que entrasse em cena o Presidente do STF, Nelson Jobim, que, acatando um pedido da Procuradoria Jurídica da USP alegando risco para as finanças públicas, cassou a liminar concedida pelo TJ-SP que impedia a aplicação da limitação do teto ao salário do Governador. Esta ação também foi ganha em primeira instância e tramita no Tribunal de Justiça do Estado.

Há ainda uma luta intensa do Jurídico contra as decisões da CERT que determinam a modificação do regime de trabalho de alguns docentes e a conseqüente redução de seus salários. A Adusp entende que ter passado por período probatório de 3 anos em RDIDP confere estabilidade ao docente e constitui um direito adquirido, de modo que o regime de trabalho não pode ser modificado de RDIDP para RTC ou RTP.

Finalmente, existem 12 outras ações, coletivas ou individuais, tramitando sob responsabilidade do Jurídico.

Fapesp *on line* beneficia a quem?

A Fapesp determinou que a partir de fevereiro os pedidos de auxílio deveriam ser encaminhados exclusivamente por via eletrônica. Há relatos de vários colegas sobre problemas com o sistema: seu elevado grau de burocratização, dificuldades

com a conexão *on line*, perdas de material digitado e de tempo.

Na prática tal sistema exige excepcional dedicação a aspectos administrativos, reduzindo fatalmente o tempo dedicado à pesquisa. Quantos pesquisadores têm

condições de montar uma infra-estrutura administrativa como demanda a Fapesp *on line*? Com o objetivo de apresentar sugestões à Fapesp, a Adusp solicita que os colegas nos enviem impressões sobre o sistema implantado.

Sindicalistas da CUT rejeitam reforma sindical

A proposta de reforma sindical do governo Lula está encontrando forte resistência nas bases da Central Única dos Trabalhadores (CUT), apesar do apoio manifestado pela direção da entidade. Em plenária organizada pela CUT Estadual no dia 22/2 em São Paulo, no auditório do Sindicato dos Químicos, com a finalidade de debater o assunto, muitos sindicalistas expuseram duríssimas críticas ao anteprojeto do governo. Foram poucas e tímidas as intervenções em defesa do anteprojeto. Cerca de 400 sindicalistas lotaram o auditório durante mais de três horas.

A reforma planejada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) consiste de uma proposta de emenda à Constituição, que altera dispositivos dos artigos 8º (liberdade sindical), 11 (representação nos locais de trabalho), 37 (negociação coletiva e direito de greve) e 114 (competência da Justiça do Trabalho); e de um anteprojeto de lei, com 238 artigos. A proposta tem origem no Fórum Nacional do Trabalho, mas vários de seus dispositivos foram elaborados pelo governo, nas questões em que não houve acordo entre as representações das centrais e dos empregadores.

A plenária teve início com a apresentação da proposta, em detalhes, pelo eletricitário Artur Santos, secretário nacional de organização da CUT. Aberto o debate, ouviu-se uma bateria de críticas. O professor Júlio Turra, membro da direção nacional da entidade (é um dos representantes da oposição), foi o primeiro a falar: para ele, “num Congresso onde 300 picaretas elegeram Severino” a proposta do governo “vai entrar como um Frankenstein e sair como um monstro”. Na sua opinião, a reforma ameaça a própria CUT.

O risco de que a proposta seja desfigurada no Congresso Nacional, sabendo-se da ampla maioria de parlamentares que representam os setores mais conservadores e o grande empresariado, foi comentado na plenária por várias outras lideranças. O metroviário Wagner Gomes, integrante da Corrente Sindical Classista e vice-presidente nacional da CUT, foi um dos que expressaram esse sentimento: “Fazer a disputa com esse projeto no Congresso é um suicídio político”.

Cenário desfavorável

Nessa mesma linha, vários oradores destacaram que, ao contrário do que afirma a direção da CUT, a atual relação de forças é desfavorável à classe trabalhadora, e a possibilidade de “consenso” com os empresários, tentada pelo governo Lula, é ilusória: “Não há cenário para o consenso, os trabalhadores estão sendo massacrados em todo o mundo”, disse uma sindicalista, referindo-se à perda de direitos históricos em vários países.

De qualquer modo, houve

também pesadas críticas de mérito ao projeto. Os dispositivos referentes ao direito de greve foram atacados: “Acabou a greve”, protestou um diretor do Sindicato dos Radialistas, referindo-se à possibilidade de os empresários contratarem trabalhadores para substituir os grevistas nos chamados “serviços mínimos” (artigo 113, §2º do anteprojeto de lei). Também foi condenada a necessidade de avisar a empresa sobre a greve com 72 horas de antecedência (artigo 109).

A reforma, assinalou a funcionária federal Bernadete Menezes, também da direção nacional da CUT (oposição), retira, no artigo 2º do anteprojeto de lei, direitos dos servidores públicos já assegurados na Constituição de 1988.

A maior intervenção do Estado, por meio do MTE e de um Conselho Nacional de Relações do Trabalho tripartite (patrões, trabalhadores e governo), onde terão assento, além da CUT, representantes de centrais consideradas pelegas; a possibilidade de criação, pela cúpula das centrais sindicais, de sindicatos “derivados”

(artigos 10 e 11 do anteprojeto de lei); e, especialmente, o perigo de enfraquecimento da estrutura sindical, abrindo caminho à anunciada reforma trabalhista, com perda de direitos conquistados a duras penas, foram objeto de muitas manifestações na plenária.

A defesa da reforma

Artur Santos defendeu o projeto, na sua essência, ressaltando que a CUT lutará para mudar alguns dispositivos com os quais ela não concorda. “Ninguém vai abrir mão de direitos”, enfatizou. No seu entender, “alguns estão com medo da liberdade e autonomia sindical”. Ele rebateu a crítica de que, graças ao projeto, as centrais substituirão os sindicatos no processo de negociação: “Se o sindicato não aprovar, a CUT não pode negociar [em seu nome]”, exemplificou.

A direção executiva nacional da CUT aprovou, no dia 17/2, resolução na qual afirma que o projeto “traz, essencialmente, avanços rumo a um novo sistema de relações de trabalho e ao fortalecimento do movimento sindical”,

entre eles o reconhecimento das centrais sindicais e suas estruturas; a organização sindical por ramo de atividade; o fim do imposto sindical; “o fortalecimento do Processo de Negociação Coletiva com a obrigatoriedade da negociação permanente entre as partes”; a regulamentação da substituição processual; a regulamentação legal da organização no local de trabalho com garantia de estabilidade; a “negociação coletiva para o setor público”.

A resolução reconhece que, apesar “de todos os avanços acima citados, ainda existem pendências em pontos onde não houve acordo entre a bancada dos trabalhadores e a dos empregadores” e que “vamos lutar para que sejam feitas alterações”. Entre outros pontos, a CUT quer “mudança geral na proposta do exercício do direito de greve, tanto para o setor privado, quanto para o setor público, o qual apesar de contemplado na PEC prevê uma regulamentação específica que ainda está em elaboração na Câmara Setorial dos Serviços Públicos”.

Deliberações da assembléia da Adusp de 17/2

Na assembléia geral da Adusp, realizada em 17/2 no auditório da História, a discussão sobre os temas que iriam a debate no 24º Congresso do Andes-Sindicato Nacional concentrou-se no item polêmico referente à desfiliação à CUT. Após diversas manifestações, decidiu-se, previamente à votação sobre esse tema, que os delegados estariam liberados para definir seu voto em função dos debates que viessem a ocorrer

no Congresso —que se iniciaria no dia 24/2, com término previsto para 1º/3.

Desse modo, a votação sobre a desfiliação à CUT teve o sentido de aferir se havia uma posição majoritária na assembléia em relação a desfiliação ou não à CUT. Tal votação resultou em empate. Além disso, ficou acertado que o delegado de diretoria deverá incluir em sua intervenção o relato do debate realizado no interior da Adusp, e apresentar as posições de-

fendidas na assembléia.

A assembléia elegeu como delegado de diretoria o professor Américo Kerr, presidente da Adusp; e como delegados de base os professores Antonio César Façundes, César Minto, Ciro Correia, João Zanetic, Lighia Matsushigue, Marcos Magalhães, Otaviano Helene, Raquel Casarotto, Ruy Prata Neto, Sérgio Souto e Suzana Vasconcelos. Eles ficaram de confirmar sua participação na delegação para o Congresso do Andes S. N.

Daniel Garcia é o autor das fotos do Calendário

Por lapso, foram publicadas no Calendário Adusp 2005 sem o devido crédito onze fotografias de autoria do repórter-fotográfico Daniel Garcia. São suas quase todas as fotografias ali publicadas, exceto as que ilustram as páginas referentes aos meses de janeiro e novembro. Registre-se, portanto, nosso pedido de desculpas ao autor.

Novo campo de futebol no Cepeusp estrangula a pista de caminhada e gera questionamento

A criação de um novo campo de futebol no Centro de Práticas Esportivas (Cepeusp) vem sendo questionada pelo professor Nelson Achcar (EP), usuário do local. O professor encaminhou suas preocupações ao diretor administrativo e financeiro do Cepeusp, João Carlos Kanaan, que também acumula a função de ouvidor do órgão. As respostas que obteve foram consideradas por ele insatisfatórias.

O novo campo é o resultado da divisão, em dois, do maior dos três campos de futebol do Cepeusp, situado ao lado das arquibancadas. Os dois campos que resultarão da divisão serão perpendiculares às arquibancadas, o que desfigura o projeto arquitetônico original, salienta Achcar.

Por outro lado, como foi necessário expandir o traçado original, o alambrado que cercava o campo avançou sobre a pista de corrida e caminhada que o circunda, reduzindo a largura desta. A pista, como lembra o professor, é amplamente utilizada pela comunidade que frequenta o Cepeusp.

O professor Achcar considera despropositada a iniciativa da direção do Cepeusp de criar um quarto campo de futebol. Na mensagem encaminhada ao diretor Kanaan, ele afirma que “nunca os três campos foram utilizados simultaneamente pela comunidade USP; raramente são utilizados dois simultaneamente”, que “o campo maior só foi usado em 2004 por empresas que o alugaram”, e que o aluguel do campo sobrecarrega outras instalações do Cepeusp, como vestiários e estacionamentos.

Após acrescentar que a pista de caminhada e corrida “foi seriamente mutilada”, indagou: “qual o sentido desta obra? ela

visa atender a quem, a mais empresas que a alugarão?” Na opinião do professor, está em curso um indesejável processo de privatização do Cepeusp.

Receita própria

O diretor Kanaan declarou ao *Informativo Adusp*, enfaticamente, que o objetivo da criação de um quarto campo de futebol “não é atender aos torneios externos” e que “todo mundo vai ganhar” com a obra. “O campo tem uma demanda muito grande, vira e mexe tem confusão”, afirmou. “De segunda-feira a sexta-feira ele é utilizado exclusivamente por nossa comunidade, raramente ocorrem atividades externas. Dos quatro campos, só locamos um, por um período, aos sábados”.

As locações de espaço e os cursos remunerados foram defendidos pelo diretor: “Não temos a menor condição de sobreviver com o nosso orçamento. Nossa receita própria é o dobro do orçamento”, disse. De acordo com Kanaan, o orçamento de 2004 (excluídos os salários) foi de aproximada-



Professor Achcar, num dos pontos em que o alambrado avançou sobre a pista de caminhada

mente R\$ 600 mil, ao passo que a receita própria alcançou cerca de R\$ 1,2 milhão.

Ainda segundo o diretor, a verba auferida com atividades remuneradas no Cepeusp “vai para um bolo só: renda industrial”, negando que exista remuneração adicional do pes-

soal lotado ali. Afirmou que o órgão tem investido “muito dinheiro” em melhoramentos e novos equipamentos, e acrescentou: “A gente trabalha muito com a questão da oferta e da procura. Contrata novos professores e abre novas salas”.

Kanaan explicou que os preços são fixados pelo Conselho do Cepeusp, havendo uma tabela, aprovada por comissões da USP. A locação do velódromo, por exemplo, pode custar de R\$ 1 mil a R\$ 100 mil, dependendo de quem aluga e do tipo de utilização.

CALOURADA

DCE lançará manifesto por eleições diretas para Reitor

Organizada pelo DCE, a Calourada Unificada 2005 será realizada no dia 2/3, quarta-feira, tendo como tema “Universidade e Democracia”. Ao longo do dia serão realizadas diversas atividades, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e, depois, no Anfiteatro Camargo Guarnieri. Às 18 horas, no gramado da Reitoria, o DCE

lançará a campanha por eleições diretas e paritárias para Reitor, que conta com o apoio da Adusp.

A programação da Calourada terá início às 9h30, no auditório da História, com exibição do filme “História da USP”. Às 10h00, haverá a abertura, com a apresentação das entidades representativas – DCE, APG, Sintusp e Adusp. Às 10h30

serão realizadas oficinas culturais, às 11h30 almoço do Movimento Sem-Terra e às 12h00 apresentação da Orquestra de Berimbau.

Às 13h00, na História, serão debatidos os seguintes temas: Movimento Estudantil, Conjuntura, Reforma Universitária, Financiamento-Fundações, Acesso e Permanência, Opressões. Às 15h00, já no Anfiteatro

Camargo Guarnieri, haverá exibição do Teatro do Oprimido. Às 16h00 será proferida a Aula Inaugural, pelo professor Otaviano Helene, também no Anfiteatro Camargo Guarnieri.

Após o lançamento da campanha por diretas para Reitor, será realizado um show de encerramento, a partir das 20 horas, na Praça do Relógio.